

## **PRECARIEDADE, CONTRASTES E EXPECTATIVAS: A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ NOS ANOS 1940**

César de Alencar Arnaut de Toledo  
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Brasil)  
Endereço eletrônico: caatoledo@uem.br

Maria Auxiliadora Máximo  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR (Brasil)  
Endereço eletrônico: doramaximo@unir.br

Josué Netto  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR (Brasil)  
Endereço eletrônico: josue.netto@unir.br

2553

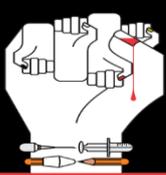
### **INTRODUÇÃO**

Esse resumo analisa a Educação Escolar no Território Federal do Guaporé, que deu origem ao estado de Rondônia, no final da década de 1940, abordando: a) a situação precária do ensino público oferecido à população em geral; b) a educação de excelência destinada à elite da cidade de Porto Velho; c) as expectativas de vultuosos investimentos por parte do governo federal.

### **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa documental baseada especialmente no jornal Alto Madeira, que circulou em Porto Velho de 1917 a 2017, constituindo-se no principal veículo de imprensa da sociedade local, além de atuar como uma espécie de “diário oficial” ao publicar leis, atos e balancetes dos governos municipal e territorial.

Na análise dos resultados e discussão foram utilizados dados tabulados por Máximo (2019) em sua tese sobre o desenvolvimento da educação escolar rondoniense nos tempos do Território Federal.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A precariedade do ensino público é revelada em um contundente artigo escrito pelo professor Enos Eduardo Lins, que fora diretor interino de educação no Território, na edição de 1º de maio de 1947 do jornal Alto Madeira:

Inegavelmente o ensino deixa muito a desejar, ainda em P. Velho. Porque nos faltam elementos. Porque não dispomos dos meios indispensáveis a uma modelar organização. Não temos prédios em condições, nem um ao menos. Não temos tido material didático que baste às nossas necessidades. Nem técnicos em investigações sobre rendimento escolar. Nem professores em quantidade suficiente para suprir as necessidades de nossas escolas.

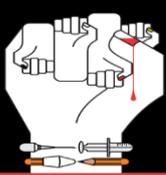
E ainda há o caso da precariedade da alimentação da infância. E aquele outro da compressão de verbas...

Só daqui a uns três anos, provavelmente, havendo planejamento e direção criteriosa, lá para 1950 é que nós nos poderemos ufanar da organização e dos métodos de ensino de nossas escolas. Antes, não é possível (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

Na sequência, a revelar o contraste entre a precariedade do ensino público e a formação primorosa dirigida à elite da cidade, o professor Enos faz eloquentes elogios à educação poliglota oferecida às alunas do Instituto Maria Auxiliadora, mantido pelas Irmãs Filhas de Maria da Congregação Salesiana:

No ano passado assistimos durante os exames finais da 1ª série do curso ginásial, no Instituto “Maria Auxiliadora”, coisas surpreendentes assim: em canto orfeônico as alunas superam grandemente as exigências legais e regulamentares, apresentando, mais de trinta músicas, algumas bem difíceis, a duas, três ou quatro vozes. Primeiro cantaram em conjunto. E depois, em pequenos grupos de seis em seis, escolhidas por sorteio, cantaram indiferentemente em português, em francês, em espanhol, em italiano ou em latim (isto seria motivo de orgulho para um 4º ano ginásial de qualquer colégio do Brasil...); o Dr. Aristóteles Grangeiro, poliglota, educado na França e na Bélgica, foi convidado para ser um dos examinadores de francês (notar bem: exames de 1ª série): nenhuma aluna lhe deu confiança, respondendo qualquer coisa em português, e o Dr. Grangeiro teve de falar em francês todo o tempo, umas três horas talvez, arguindo, conversando... (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

Era, sem dúvida, conforme ressaltado no mesmo artigo, uma educação voltada à formação dos filhos e filhas da elite porto-velhense, a exemplo de: Elionor Zalf Moreira, sobrinha do proprietário da Drogaria Guaporé; Zenir Oliveira e Sílvia Bahuri de Oliveira, filhas de funcionário da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré; José



Chaquiam, filho de comerciante; Regina Araújo Lima, filha do dr. Joaquim de Araújo Lima, governador do Território de 1948 a 1951.

Mais ainda, o autor do artigo enaltece esse ensino de excelência, comparando-o ao de cidades brasileiras mais desenvolvidas, como Belém, capital do estado do Pará:

E há ainda a história da aluna Maria de Lourdes Franco, filha do Sr. Raul Franco, do Banco da Borracha, que foi para Belém fazer o 2º ano ginásial. Porque ninguém tenha dúvida: ela, que se destacou até em P. Velho, conquistará o primeiro lugar em todas as disciplinas, neste ano como em todos os outros, e, si lhe derem oportunidades, eu não duvido que ela venha a ser a estudante líder do Pará. A não ser... que vá uma outra daqui para Belém... *Sic est* Pôrto Velho (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

2555

Por fim, há que se destacar as expectativas geradas pelo Plano de Valorização da Amazônia. Em junho de 1947 uma comissão de parlamentares esteve em Porto Velho e prometeu ao Território investimentos de Cr\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) ao ano.

A visita demorou apenas 5 horas, mas resultou, além da promessa vazia, em uma animadora declaração do deputado Agostinho Monteiro ao governador: “fique V. Excia. na certeza de que não esqueceremos os problemas do Guaporé, cuja solução será estudada em conjunto com o representante parlamentar do Território” (ALTO MADEIRA, ed. 3106, 3 jul. 1947).

Imediatamente a essas promessas, diversas ideias foram discutidas em reuniões na Associação Comercial de Porto Velho. Contribuições por escrito também foram apresentadas por membros do governo territorial, pelos prefeitos de Porto Velho e Guajará Mirim, lideranças empresariais, comerciantes e seringalistas. Representou a Divisão de Educação o seu diretor interino, professor Enos Eduardo Lins (ALTO MADEIRA, ed. 3098, 5 jun. 1947).

Foram definidas metas quinquenais para as diferentes áreas da administração pública. Na saúde, por exemplo, o investimento total previsto era de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), ou seja, R\$4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) em média por ano.

Para a educação, havia uma expectativa maior: Cr\$40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) em 5 anos. dos quais Cr\$35.600.000,00 (trinta e cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros) para construção e ampliação de prédios escolares, conforme publicado na seção de atos oficiais do Jornal Alto Madeira de 8 e 15 de julho de 1947:

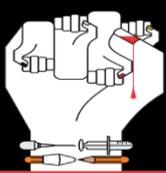


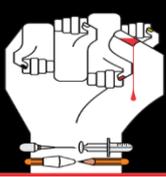
Tabela 1 - Metas para a educação no Plano de Valorização da Amazônia

Identificação	Detalhes	Valor (Cr\$)
Grupo Escolar Br. Solimões (Porto Velho)	Ampliação: novas salas de aula, instalações sanitárias, salão atos	350.000,00
Grupo Escolar Getúlio Vargas (Porto Velho)	Conclusão: refeitório, salão de atos	150.000,00
Jardim de Infância (Porto Velho)	Construção: 150 crianças	3.000.000,00
Escola SENAI (Porto Velho)	Construção	800.000,00
Escola Agrícola (Santo Antônio, Porto Velho)	Construção: formação de capatazes e técnicos agrícolas	2.000.000,00
Grupo Escolar Simão Bolívar (Guajará Mirim)	Adequações: 350 alunos	1.500.000,00
Instituto N. Sra. do Calvário (Guajará Mirim)	Ampliação	1.000.000,00
7 Escolas Rurais	Construção	1.400.000,00
Total do primeiro ano:		10.200.000
Instituto Maria Auxiliadora (Porto Velho)	Adequações: tornar-se futura Escola Normal do Território	8.000.000,00
Instituto Dom Bosco (Porto Velho)	Ampliação	1.500.000,00
Jardim de Infância (Guajará Mirim)	Construção: 90 a 110 alunos	3.000.000,00
6 Escolas Rurais	Construção	1.200.000,00
Total do segundo ano:		13.700.000

Fonte: Adaptado de MÁXIMO (2019).

A análise dessas metas permite algumas interpretações interessantes. Em primeiro lugar, o alto favorecimento das escolas religiosas, como os institutos Nossa Senhora do Calvário, Maria Auxiliadora e Dom Bosco. Juntas, essas três instituições receberiam Cr\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil cruzeiros), equivalente a mais de 40% dos investimentos previstos nos dois primeiros anos. Ao Instituto Maria Auxiliadora, inclusive, seria destinado o importante papel de futura Escola Normal do Território.

Significativo valor também seria investido no ensino profissionalizante, a fim de atender aos interesses da economia local. À Escola Senai e à Escola Agrícola seriam destinados, respectivamente, Cr\$800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) e



Cr\$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), ou seja, 27% do total orçado para o primeiro ano.

Entretanto, os recursos prometidos não chegaram ao Território, pois o artigo 199 da Constituição Federal de 1946, que previa o Plano de Valorização da Amazônia, somente foi regulamentado no segundo governo Vargas, pela Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953.

## CONCLUSÕES

Em meados do século XX há uma preocupante contradição sobre o ensino no Território Federal do Guaporé: falido, precário e com perspectivas desanimadoras para a maioria da população; bem-sucedido e poliglota, para uns poucos, cenário que denuncia uma Educação Escolar dualista.

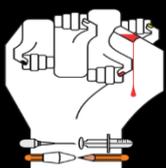
Enquanto a maior parte da população infantil convivia até com carência alimentar, algumas vindas da elite da cidade tinham a capacidade de serem arguidas em Francês por mais de três horas.

As expectativas de investimentos para melhoria desse cenário não se confirmaram, uma vez que o ambicioso Plano de Valorização da Amazônia, previsto na Constituição Federal de 1946, somente foi regulamentado sete anos depois.

Ainda assim, a análise desse plano evidencia que o modelo de Educação Escolar pretendido privilegiava as instituições particulares religiosas, às quais eram destinadas grandes verbas, em detrimento do ensino público.

Em alinhamento com a Pedagogia Histórico Crítica, entendemos que a Educação em geral, especialmente em sua modalidade escolar, é condicionada pela realidade socioeconômica, particularmente pelos meios e relações de produção presentes na sociedade.

Não era diferente, portanto, em meados do século XX no Território Federal do Guaporé. As políticas educacionais favoreciam as classes dominantes e relegavam à população pobre um ensino público precário, voltado à preparação para o trabalho, sem visar a formação integral da pessoa.



## REFERÊNCIAS

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.088, p.4, 1 mai. 1947. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%e2%80%9cVoc%  
%c3%aa%20conhece%22&pagfis=40041](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%e2%80%9cVoc%c3%aa%20conhece%22&pagfis=40041). Acesso em 19 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Porto Velho, ed. 3.098, p.1, 5 jun. 1947. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9  
&pagfis=40078](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=40078). Acesso em 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Porto Velho, ed. 3.101, p.4, 15 jun. 1947. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9  
&pagfis=16345](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=16345). Acesso em 10 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Porto Velho, ed. 3.106, p.1, 3 jul. 1947. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9  
&pagfis=40106](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=40106). Acesso em 19 jun. 2021.

MÁXIMO, Maria Auxiliadora. **História da Educação Escolar em Rondônia nos tempos do Território Federal**. Tese (doutorado). 252 f. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Maringá, 2021.

